

Alta Floresta - MT, 3 de abril de 2020.

Ao

Exmo. Sr.

Prefeito Municipal de Alta Floresta - MT
ASIEL BEZERRA DE ARAÚJO



Ref.: Requerimento de revogação do art. 2º, inciso XI, do Decreto Municipal nº 057/2020, autorizando-se a retomada, com restrições, dos cultos, missas e celebrações religiosas presenciais;

CONSELHO DE PASTORES EVANGÉLICOS DE ALTA FLORESTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 36.045.801/0001-10, sediada na Avenida Mato Grosso, nº 1.240, Cidade Alta, no município de Alta Floresta - MT, CEP 78580-000, representada por Abraão Lopes de Oliveira, acompanhado das autoridades religiosas abaixo-assinadas e assistido pelos advogados subscritos, vem respeitosamente perante Vossa Excelência expor e requerer, fundamentadamente, o que segue.

1. É notória, preocupante e lamentável a provação suportada pela população mundial, em decorrência da propagação do novo coronavírus - e sua doença associada, COVID-19 -, ao ponto de a Organização Mundial da Saúde lhe conferir o *status* de pandemia.

2. Devido a isso, e com o elevado objetivo de proteger a população, os governos federal, estadual e municipal, além de decretarem estado de calamidade pública, têm editado diversos atos normativos, visando ao resguardo maior das pessoas inseridas em grupos de risco, por meio do isolamento social, bem como à proteção dos demais por medidas de distanciamento social.

At. - Ass. - Al. -

8

3. Em um primeiro momento, o poder público adotou medidas mais drásticas para tentar conter a propagação da doença, com a vedação de funcionamento de boa parte das atividades econômico-profissionais e com a proibição de eventos que aglomerem pessoas, aí incluídas as celebrações religiosas (cultos, missas) de maneira geral.

4. Mais recentemente, diante da conseqüente e gravíssima crise instalada, as autoridades civis constituídas decidiram, com acerto, flexibilizar de forma significativa as vedações anteriores impostas às atividades econômicas, observadas as recomendações e determinações sanitárias de cuidado com a higiene e a saúde expedidas pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde.

5. No caso de Alta Floresta, tal flexibilização se materializou com a edição do Decreto Municipal nº 057/2020, que, no entanto, manteve a proibição de realização de eventos e atividades que aglomerem pessoas e, mais especificamente, manteve a proibição total até mesmo das celebrações religiosas. É o que consta no artigo 2º, inciso XI, do Decreto:

Art. 2º Enquanto vigente este decreto, fica vedado o funcionamento de:

XI – missas, cultos e celebrações religiosas;

6. O Conselho de Pastores ressalta que reconhece a boa intenção do Poder Executivo. A determinação se reveste de boa-fé, no melhor intuito de proteger a saúde física de seu povo, e está inserida num conjunto de notórios esforços para a contenção da enfermidade. E os objetivos de tais esforços são comungados pelas igrejas protestantes.

7. A propósito, é de conhecimento de Vossa Excelência e da sociedade alta-florestense em geral que as igrejas evangélicas locais têm respeitado a determinação que lhes foi dirigida, aproveitando-se a oportunidade para reforçar que sua postura sempre é, e assim continuará, pautada pela observância à legislação vigente no país.

8. A obediência, contudo, não significa concordância ou passividade.

9. No transcurso deste período de vedação às celebrações religiosas presenciais, que perdura há duas semanas, o requerente, internamente, tem debatido muito sobre a dura medida adotada pelo Poder Executivo Municipal e as consequências que acarreta. Sua manifestação neste momento, portanto, não é impensada, mas fruto do amadurecimento das ideias, alcançado pela reflexão responsável do árido assunto.

10. Excelentíssimo prefeito, o Conselho se vale deste momento para **externar os motivos sólidos que conduzem à necessária e inafastável revogação da proibição das missas, cultos e celebrações religiosas.**

11. Eis o que estabelecem os artigos 5º, inciso VI, e 19, inciso I, da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Handwritten signature: FLL08

Handwritten signature: Aluísio Lopes Oliveira

12. A regulamentação do que estabelecem os comandos constitucionais é representada, por incrível que pareça, por decreto editado há 130 anos! Trata-se do Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, assinado pelo primeiro presidente de nossa república, Marechal Deodoro da Fonseca, decreto esse que continua vigente e estabelece o seguinte em seus artigos 2º e 3º (mantém-se a ortografia utilizada na época, conforme consta ainda hoje, oficialmente):

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.

13. Observa-se que a tradição de laicidade do Estado brasileiro, na república, atravessa os séculos, o que comprova a condição da religião - notada a historicamente a cristã - de pilar fundante do nosso país.

14. É digno de se atentar também para o tratamento específico que a Constituição Federal confere às organizações religiosas, cujas atividades não podem ser comparadas a quaisquer outras "aglomerações" ou "reuniões" comuns, às quais não se asseguram as mesmas garantias. Reiteramos: o tratamento constitucional conferido às celebrações religiosas é completamente diferente do destinado a outras atividades/eventos que ajuntem pessoas.

15. E esse tratamento se reveste de garantia de não interferência, seja por particulares ou pelo poder público, nos trabalhos

Abraço ao povo brasileiro

7/11/08

eclesiásticos, excetuadas as hipóteses de estado de defesa ou de sítio do país (artigos 136 a 139 da Constituição), não sendo o caso.

16. É oportuno explicitar mais um pouco: o regramento brasileiro relativo às liberdades religiosa e de culto demonstra, inequivocamente, que nosso Estado não é ateu. Ao contrário: adota um modelo de **laicidade colaborativa** entre entidades religiosas e poder público (parte final do inciso I do art. 19, Constituição Federal).

17. O poder público assume constitucionalmente o papel de guardião dos direitos concedidos e de proteção às igrejas, devendo estimular-lhes a existência e o funcionamento, não podendo restringi-los. Oportuno esclarecer que isso não se trata de privilégio às organizações religiosas. É o reconhecimento da altíssima importância do papel que elas, por sua vez e em contrapartida, desempenham na colaboração para se atingir o bem comum.

18. Nosso modelo é o de uma laicidade neutra positiva: laicidade neutra (o poder público não deve privilegiar certa orientação religiosa em detrimento de outra) que garante a ordem espiritual.¹

19. Importa assinalar também que, intrinsicamente ligada à garantia da liberdade religiosa está a dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da república (art. 1º, III, da Constituição Federal). Dignidade essa que abrange não apenas o resguardo da saúde física do indivíduo, mas, tão importante quanto, a sua integridade psíquica e espiritual, campo em que as entidades religiosas prestam inegáveis e valiosos serviços e apoios, que não podem ser menosprezados, ainda mais na terrível situação ora vivenciada mundialmente.

20. Pelo exposto até aqui, percebe-se com facilidade que não foi sem motivo o reconhecimento pelo presidente da república, Jair Bolsonaro, no último dia 20 de março, da essencialidade das atividades religiosas no contexto de enfrentamento da pandemia, conforme fez constar no artigo 3º,

¹ O conceito é a conclusão de estudo sério sobre o assunto: VIEIRA, Thiago Rafael; MARQUES REGINA, Jean. **Direito Religioso: Questões práticas e teóricas**. 2 ed. ver. ampl. Porto Alegre: Concórdia, 2019, pp. 130, 131, 144, 145.

Abraço
Lopes Oliveira

8

§ 1º, inciso XXXIX, do Decreto Federal nº 10.282, entendendo-se como essenciais os serviços e atividades indispensáveis ao atendimento das necessidades INADIÁVEIS da comunidade, os quais, se não atendidos, colocam em perigo a SOBREVIVÊNCIA, a SAÚDE ou a SEGURANÇA da população:

Art. 3º As medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º.

§ 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:

XXXIX - atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde;

21. Não se ignora que referido o decreto da União pode não ser aplicável aos demais entes federados. No caso dos municípios, pelo próprio fato de Constituição lhes outorgar a competência para legislar sobre assuntos de interesse local (artigo 30, inciso I).

22. Porém, é justamente com fundamento na autonomia municipal para tratar do assunto que se apresenta a Vossa Excelência esta demanda, que representa o interesse de parte significativa da população alta-florestense.

23. Ainda no ponto, seguindo o mesmo raciocínio, adianta-se que não haveria razão a justificar o eventual indeferimento do pedido com base em alegada vigência de decreto estadual que, da mesma forma, impeça a realização das celebrações religiosas. Se o decreto federal não tem o condão de obrigar os municípios, tampouco o estadual o terá.

Abilio Lopes Oliveira

8

24. É importante ficar claro que, em todo o contexto de enfrentamento da pandemia, as denominações religiosas não devem ser alijadas. Ao contrário, assegura-lhes a garantia, revestida até mesmo de dever, de colaborar ativamente com a administração pública em aspectos alheios às áreas objetos de ações dela (aspectos espirituais, de consolo, conforto, esperança), rogando-se seja esse o sentido a ser apreendido desta pretensão.

25. Não se pede um favor ou a concessão gratuita de um "privilegio". O que se pleiteia é o cumprimento da Constituição da República, que assegura a garantia de liberdade de crença e culto, cuja negação representa a própria rejeição de um dos principais pilares que forjaram e sustentam a população brasileira.

26. Ademais, apesar de todos os graves problemas que nos cercam, não pode passar despercebida também a HISTÓRICA oportunidade que se apresenta - a de fortalecer e reafirmar os fundamentos constitucionais indispensáveis à sobrevivência do país.

27. Por fim, o requerente reitera que comunga, na mesma proporção, todas as justas preocupações das autoridades da saúde, no sentido de proteger a população dos riscos da COVID-19, razão pela qual, **concomitantemente ao pedido, agora explicitado, de revogação do artigo 2º, inciso XI, do Decreto Municipal nº 057/2020, sugere que em eventual novo decreto a ser editado se advirtam todas as organizações eclesásticas de que, nas celebrações religiosas, sejam observadas as determinações do Ministério da Saúde**, propondo-se ainda, a título de sugestão e na forma de colaboração, o acréscimo das seguintes determinações:

- higienização completa do local da celebração antes da e após a sua realização;
- vedação à participação da celebração das pessoas que integram grupos de risco à infecção pela doença COVID-19;

Aluísio Lopes Oliveira

- respeito ao limite de lotação de uma pessoa a cada 4 m². Mais precisamente: uma pessoa a cada dois metros de distância da outra, tanto nas laterais, na frente e atrás, conforme nota técnica de segurança expedida pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde;

- fixação de fita adesiva no local destinado a cada pessoa;

- exigência e fiscalização da higienização das mãos de cada pessoa, na entrada e na saída;

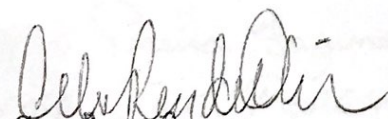
28. O Conselho de Pastores, ora requerente, coloca-se à inteira disposição de Vossa Excelência para auxiliar no encontro da solução mais adequada ao impasse, na certeza de que a crise fortalecerá os papéis a serem desempenhados pelo poder público e pelas organizações religiosas, aprimorando a relação entre ambos.

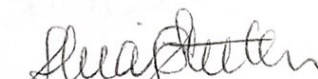
Nestes termos,





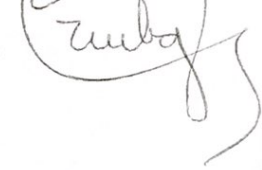


Pede, **com urgência**, análise e deferimento.

CONSELHO DE PASTORES EVANGÉLICOS DE ALTA FLORESTA

Rep. por Abraão Lopes de Oliveira


CELSONEIS DE OLIVEIRA
OAB/MT 5.476
CPF: [REDACTED]


THIAGO S. REIS DE OLIVEIRA
OAB/SP 311.043 OAB/MT 18.179/A
CPF: [REDACTED]

- | Nome da igreja | Nome do pastor | Assinatura |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| 1) Igreja Presbiteriana do Brasil | Jose Augusto Rondon Silva |  |
| 2) IBN - IGR. BATISTA NAC. | Amorildo B. Norque |  |
| 3) Igreja Quadrangular | Fernanda Coudinho Lopes da Cruz |  |
| 4) Igreja Rebanho do Pai | Francisco A. F. do Nara | |
| 5) Alvaro Lopes Oliveira (Rebanho do Pai) | | |
| 6) Paulo Sales de Oliveira | IPR Central |  |
| 7) Vanda Mara Bueno Godoy | IPR Central |  |
| 8)  | J.P.R. Central | |
| 9) João Quacha da Costa | | |
| 10) Lázaro da Cruz | | |
| 11) Domicílio A. de  | IBI | |
| 12) Adelia Almeida dos Santos | IBI | |
| 13) Rogério Pereira Zagundes | IPR-JG | |
| 14) Adm. Jose Pereira | RG. SSP-SP, IPR - SSP-MT (VENEZ) | |
| 15) Ozer Peleissimo da Silva | SSP-SP, IPR | |
| 16) Maria de Lourdes Oliveira | Igreja Deus é Fiel | |
| 17) Fernando Dantas Pereira | Igreja Deus é Fiel | |